

Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro

José Graziano da Silva*

O objetivo deste texto é apresentar o que julgamos serem as principais conclusões obtidas pelo Projeto Rurbano¹ pesquisa até o momento e um listado do que estamos nos propondo pesquisar na fase III que se iniciou em maio de 2001 e se prolongará até 2003. A fase I explorou basicamente os tipos de ocupações das pessoas residentes nas áreas rurais; a fase II, as rendas das famílias agrícolas, pluriativas e não agrícolas residentes nas áreas rurais².

De forma muito sintética podemos dizer que nossas pesquisas tem contribuído para derrubar alguns velhos mitos sobre o mundo rural brasileiro, mas que, infelizmente, podem estar servindo também para criar outros novos.

Os velhos Mitos

1. O rural é sinônimo de atraso

Mostramos que o rural não se opõe ao urbano enquanto símbolo da modernidade. Há no rural brasileiro ainda muito do atraso, da violência, por razões em parte históricas, relacionadas com a forma como foi feita a nossa colonização, baseada em grandes propriedades com trabalho escravo.

Mas há também a emergência de um novo rural, composto tanto pelo “agribusiness” como por novos sujeitos sociais: alguns *neo-rurais*, que exploram os nichos de mercados das novas atividades agrícolas (criação de escargot, plantas e animais exóticos, etc.); moradores de condomínios rurais de alto padrão e de loteamentos clandestinos, muitos empregados domésticos e aposentados, que não conseguem

* Professor titular de economia agrícola do Instituto de Economia da Unicamp, bolsista do CNPq e consultor da Fundação Seade. (graziano@eco.unicamp.br). Agradeço as contribuições da Profa. Maria José Carneiro e do Dr. Mauro Del Grossi à versão apresentada no II Seminário do Projeto Rurbano, IE/Unicamp, outubro/2001.

¹ É um Projeto Temático denominado “Caracterização do Novo Rural Brasileiro, 1981/95” que conta com financiamento parcial da FAPESP e PRONEX-CNPq, que pretende analisar as principais transformações ocorridas no meio rural em onze unidades da federação (PI, RN,AL,BA,MG,RJ,SP,PR,SC,RS e DF). Consulte nossa homepage na Internet (<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>).

sobreviver na cidade com o salário mínimo que recebem; milhões de agricultores familiares e pluriativos, empregados agrícolas e não-agrícolas; e ainda milhões de *sem-sem*, excluídos e desorganizados, que além de não terem terra, também não tem emprego, não tem casa, não tem saúde, não tem educação e nem mesmo pertencem a uma organização como o MST para poderem expressar suas reivindicações.

Infelizmente essa categoria dos "sem-sem" não vem diminuindo apesar de ter acelerado o assentamento das famílias sem-terra, especialmente a partir da segunda metade dos anos 80. Isso se deve basicamente à exclusão das famílias agrícolas por conta-própria, que viram suas rendas diminuir, particularmente na última metade dos anos 90, pela falta de políticas de apoio aos agricultores familiares mais efetivas, à exceção da Política de Previdência Social Rural. Os dados da PNAD de 1999 permitem uma aproximação desse contingente de pobres rurais: são quase 3 milhões de famílias (ou 15 milhões de pessoas) sobrevivendo com uma renda disponível per capita de um dólar ou menos por dia (R\$ 34,60 mensais ao câmbio de setembro/99)³. Mais da metade dessas famílias de pobres rurais tem suas rendas provenientes exclusivamente de atividades agrícolas: são famílias por conta própria (30% do total) com áreas de terras insuficientes e/ou com condição de acesso à terra precária (parceiros, posseiros, cessionários) ou famílias de empregados agrícolas (25%), a grande maioria sem carteira assinada.

Um terço dessas famílias de pobres rurais moram em domicílios sem luz elétrica, quase 90% não tem água canalizada, nem esgoto ou fossa séptica. E em quase metade dessas famílias mais pobres, o chefe ou pessoa de referência nunca freqüentou a escola ou não completou a primeira série do primeiro grau, podendo ser considerado como analfabeto.

Mas, infelizmente, nada disso é "privilégio do velho rural atrasado": das 4,3 milhões de famílias pobres residentes em áreas urbanas não metropolitanas (pequenas e médias cidades), 70% também não tem rede coletora de esgoto ou fossa séptica, quase 30% não

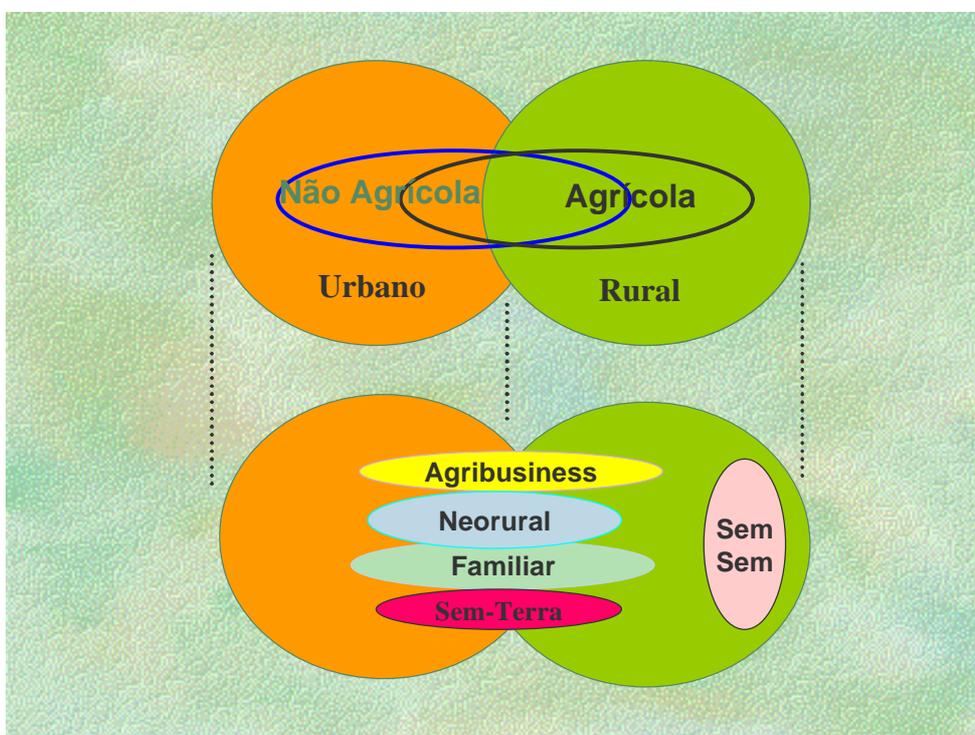
² As principais publicações estão disponíveis na nossa homepage e numa coletânea de quatro volumes organizada por Campanhola, C. e J.Graziano da Silva (2000). *O novo rural brasileiro: uma análise Nacional e Regional*. Jaguariúna, Embrapa-Meio Ambiente e IE/Unicamp.(4 volumes)

³ Imputando-se o valor do autoconsumo agrícola e descontando-se os pagamentos de aluguel e da prestação da casa própria quando fosse o caso, essa metodologia adotada pelo Banco Mundial foi desenvolvida por Takagi, M.; J. Graziano da Silva e M. Del Grossi (2001). *Pobreza e Fome: em busca de uma metodologia para Quantificação do Fenômeno no Brasil*. Campinas, Instituto de Economia/Unicamp (texto para discussão 101, www.eco.unicamp.br/publicacoes).

tem água encanada, embora menos de 5% não tenha luz elétrica no domicílio. E um terço delas o chefe de família também pode ser considerado analfabeto. Fica patente apenas a diferença entre rural e urbano no que diz respeito ao acesso à energia elétrica, que é um dos serviços básicos fundamentais hoje sem o quê fica difícil falar em modernidade. E não nos iludamos: o maior acesso das famílias urbanas pobres a energia elétrica deve-se aos “gatos” – ligações clandestinas às redes de energia elétrica secundária – o que não é possível na zona rural onde as linhas primárias tem voltagem muito superior.

A conclusão é uma só: a origem do atraso e mais especificamente da violência é a pobreza, seja ela rural ou urbana, nova ou velha.

Figura 1: O mundo rurano



2. O rural é predominantemente agrícola

Mostramos que estão crescendo as pequenas glebas (em geral com menos de 2 ha, tamanho do menor módulo rural) que tem a função muito mais de uma residência rural que de um estabelecimento agropecuário produtivo. Mostramos também que um número crescente de pessoas que residem em áreas rurais estão hoje ocupadas em atividades não-agrícolas. Os dados da Pnad de 1999 (ver tabela 1) mostram que dos quase 15 milhões de pessoas economicamente ativas no meio rural brasileiro (exceto a região

Norte), quase um terço – ou seja 4,6 milhões de trabalhadores- estavam trabalhando em ocupações rurais não-agrícolas (ORNA), como serventes de pedreiro, motoristas, caseiros, empregadas domésticas, etc. Mais importante que isso: as ocupações não-agrícolas cresceram na década dos 90 a uma taxa de 3,7% ao ano – mais que o dobro da taxa de crescimento populacional do país.

Enquanto isso, o emprego agrícola, em função da mecanização das atividades de colheita dos nossos principais produtos, vem caindo cada vez mais rapidamente, a uma taxa de -1,7% ao ano. Nossas projeções indicam que a continuar nesse ritmo, no ano 2014 a maioria dos residentes rurais do país estarão ocupados nessas atividades não-agrícolas. Em alguns estados, como São Paulo, isso já deve estar ocorrendo neste ano 2001.

Tabela 1 - Evolução da população do Brasil ^a, 1981-99

	Milhão pessoas			Taxa crescimento (% ao ano)			
	1981	1992	1999	1981/92		1992/99	
Urbano	85,2	113,4	127,8	2,6	***	1,7	***
Ocupados ^b	31,7	46,5	52,8	3,6	***	1,8	***
Agrícola	2,6	3,7	3,4	3,3	***	-1,6	***
Não-agríc	29,1	42,9	49,3	3,6	***	2,0	***
Rural	34,5	32,0	32,6	-0,7	***	0,2	***
Ocupados	13,8	14,7	14,9	0,6	***	-0,2	***
Agrícola	10,7	11,2	10,2	0,4	***	-1,7	***
Não-agríc	3,1	3,5	4,6	1,2	***	3,7	***
Total	119,7	145,4	160,3	1,8	***	1,4	***

Fonte: Tabulações especiais das PNADs de 1981 e de 1992 a 1999, Projeto Urbano, novembro 2000.

NOTAS: a) não inclui as áreas rurais da região Norte, exceto Estado de Tocantins

b) PEA restrita, que exclui os não remunerados que trabalham menos de 15 horas na semana e os que se dedicam exclusivamente ao autoconsumo.

Outro dado que confirma a importância das atividades não-agrícolas: a soma dos rendimentos não-agrícolas das pessoas residentes nos espaços rurais supera em 1998 e 1999 os rendimentos provenientes exclusivamente das atividades agrícolas, segundo as PNADs. Ou seja, embora se saiba que as rendas agrícolas declaradas nas PNADs estão fortemente subestimadas, os rendimentos não agrícolas dos residentes em espaços rurais no Brasil superam os rendimentos agrícolas totais desde 1998 (Ver gráfico 1).

Mostramos, também, que nas áreas rurais podem ser encontrados os mesmos setores e ramos de atividades existentes nas áreas urbanas. Mais ainda: a conformação produtiva das cidades em termos de ocupações geradas pelos diferentes ramos e setores de atividades econômicas não-agrícolas afeta as áreas rurais que lhe são contíguas. Ou seja, numa dada região a composição setorial do emprego rural não-agrícola não difere muito do que existe no urbano. O que significa que tanto as indústrias como os prestadores de serviços há muito não respeitam mais essa arbitrária linha que delimita os perímetros urbanos.

3. O êxodo rural é inexorável

As estatísticas mais recentes do Brasil rural revelam um paradoxo que interessa a toda sociedade: o emprego de natureza agrícola definha em praticamente todo o país, mas a população residente no campo voltou a crescer; ou pelo menos parou de cair. Esses sinais trocados sugerem que a dinâmica agrícola, embora fundamental, já não determina sózinha os rumos da demografia no campo. O que explica esse novo cenário é o incremento do emprego não-agrícola no campo. Ao mesmo tempo, aumentou a massa de desempregados, inativos e aposentados que mantém residência rural (ver Gráfico 2). Se é verdade que ainda persiste algum êxodo, especialmente na região Sul, ele já não tem força para condicionar esse novo padrão emergente de recuperação das áreas rurais da maioria das regiões do país.

Os dados das PNADs mostram que a população rural chegou ao fundo do poço em 1996 (ano de contagem populacional), com 31,6 milhões de pessoas⁴; mas a partir daí vem se recuperando, tendo atingido 32,6 em 1999, ou seja, quase um milhão de pessoas a mais. Isso significa uma taxa de crescimento anual da população rural de 1,1% ao ano, muito próximo do crescimento da população total de 1,3% a.a. no mesmo período. No Nordeste, as duas taxas se igualaram (1,1% ao ano) e em São Paulo, o crescimento da população rural foi o dobro do total (3% a.a. contra 1,5% a.a.), indicando uma verdadeira “volta aos campos” que não se confunde com uma volta as atividades agrícolas, até

⁴ Infelizmente são cada vez maiores as indicações de que os dados da contagem populacional estão fortemente subestimados. No caso das áreas rurais do interior de São Paulo, por exemplo, a subestimação fica evidente ao se constatar uma elevação generalizada nas taxas de crescimento populacional entre 1996 e 2000 após terem mostrado fortes quedas entre 1991 e 1996. Como a Contagem de 1996 foi realizada em conjunto com o Censo Agropecuário de 1995/96 e há uma outra pesquisa para as áreas rurais paulistas neste mesma data (LUPA), é possível evidenciar as regiões mais afetadas.

porque parte significativa dessa população passou a residir em áreas rurais próximas as grandes cidades do interior e da capital do estado. Na região Sul, no entanto, a população rural ainda mostra sinais de queda, especialmente naquelas áreas que denominamos de rural agropecuário ou rural profundo.

É perigoso porém alimentar ilusões de que o mercado, por si só, tenha implantado um novo dinamismo sustentável no campo brasileiro. Mostramos que o inevitável é o êxodo agrícola o qual todavia pode ser, ao menos parcialmente, compensado com o crescimento do ORNA. Se a isso juntarmos os inativos (principalmente aposentados) que buscam as áreas rurais como local de residência, pode ser factível uma política de conter o significativo êxodo rural ainda existente em determinadas regiões do país, como o Sul. Mas, sempre é bom recordar que os desempregados residentes em áreas rurais também vêm crescendo rapidamente, mais até que os demais grupos de aposentados e ocupados em atividades não-agrícolas. Informações adicionais nos permitem formular a hipótese de que grande parte dessas atividades não-agrícolas que estão se desenvolvendo nas áreas rurais não passam de “ocupações de refúgio” contra o desemprego urbano, podendo o fluxo do êxodo rural reativar-se assim que houver qualquer sinal positivo de retomada do crescimento urbano industrial.

4. O desenvolvimento agrícola leva ao desenvolvimento rural

Mostramos que as ocupações agrícolas são as que geram menor renda; e que o número de famílias agrícolas está diminuindo pois elas não conseguem sobreviver só de rendas agrícolas. Nem mesmo o número das famílias pluriativas, onde os membros combinam atividades agrícolas e não-agrícolas, vem aumentando. Dada a queda da renda proveniente das atividades agropecuárias, as famílias rurais brasileiras estão se tornando cada vez mais não-agrícolas, garantido sua sobrevivência através de transferências sociais (aposentadorias e pensões) e em ocupações não agrícolas.

Infelizmente não se pode comparar os rendimentos do período anterior ao Plano Real em função das distorções introduzidas pelas mudanças monetárias ocorridas na primeira metade dos anos 90. Mas os dados que dispomos para o período 1995/99, inteiramente sob vigência do Plano Real, mostram que para as famílias rurais de contra-própria agrícolas e de pluriativas a única parcela da renda familiar *per capita* que cresceu significativamente no período foi aquela proveniente das transferências sociais (+ 6,7% e

+ 4,9% ao ano, respectivamente). A fração da renda proveniente das atividades agrícolas (que representa 3/4 ou mais da renda total dessas famílias) caiu tanto para as famílias rurais de conta-própria agrícola (- 4,2% a.a.) como para as pluriativas (- 5,3% a.a.). E, para agravar ainda mais o quadro, as rendas não-agrícolas só cresceram para as famílias rurais de conta-própria não-agrícola, permanecendo estagnadas para as pluriativas(ver tabela 2).

Em resumo, as famílias agrícolas e pluriativas ficaram mais pobres na segunda metade dos anos 90. É por essa razão que as famílias rurais estão se tornando crescentemente não-agrícolas. E a queda das suas rendas per capita só não foi maior pela "compensação" crescente das transferências sociais da aposentadoria e pensões.

Tabela 2: Composição e evolução da renda familiar das famílias de Conta Própria Rurais.
Brasil, 1995-99 (valores de Set/99)

TIPO DE FAMÍLIA Atividade	Agrícola		Não-Agrícola		Aposentadorias		Outras Rendas		Renda Familiar	
	1999	1995/99	1999	1995/99	1999	1995/99	1999	1995/99	1999	1995/99
	(R\$)	%a	(R\$)	%a	(R\$)	%a	(R\$)	%a	(R\$)	%a
Conta Própria	194,77	-5,4***	139,85	2,9*	72,41	5,4**	12,27	4,6	419,30	-1,0
Agrícola	228,56	-4,2**	0,00		82,49	6,7***	10,10	4,6	321,16	-1,6
Pluriativo	240,49	-5,3**	160,97	0,4	60,48	4,9*	11,41	2,3	473,35	-2,2
Não-agrícola	0,00		563,08	-1,0	60,87	2,3	20,95	5,6	644,91	-0,6

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Maio/2001.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Mostramos também que no caso de países como o Brasil, as demandas de geração de emprego e renda originadas dos aglomerados urbanos, independentemente das atividades agrícolas locais, podem vir a ter uma importância decisiva para o crescimento do ORNA. Isso porque o país possui em praticamente todas as suas regiões grandes aglomerados metropolitanos que determinam o sentido dos fluxos dos produtos e das pessoas seja no sentido metropolitano - não metropolitano, seja no sentido urbano - rural. Assim, as atividades agrícolas de uma dada região podem ser redefinidas a partir da busca de áreas para lazer, turismo e preservação ambiental, pela população desses grandes centros urbanos que lhe são contíguas às suas áreas rurais. Gera-se assim uma outra dinâmica de criação de ERNA baseada no que chamamos em outra oportunidade

de "**novas atividades agrícolas**"⁵ como é o caso exemplar dos pesque-pague, das fazendas de caça, da criação de plantas e animais para fins ornamentais, etc..

Ou seja, no “novo rural” brasileiro pode-se encontrar também as mesmas “velhas” dinâmicas de geração de emprego e renda associadas aos complexos agroindustriais. Mas, elas não representam mais as únicas – e em muitos casos nem mesmo as principais- fontes geradoras de ERNA, especialmente naquelas regiões onde a população rural agrícola é relativamente pequena, as cidades são muito grandes e uma parte significativa da População Ocupada na agricultura há muito tem domicílio urbano, como ocorre no Centro–Sul do país (Graziano da Silva, 1996). Mais importante que isso: nas regiões onde o processo de modernização agropecuária foi mais intenso (como é o caso do estado de São Paulo e da região Sul, por exemplo) as atividades agropecuárias geram uma demanda por mão-de-obra muito pequena e quase sempre qualificada, que é atendida por empresas de prestação de serviços localizados nas cidades próximas.

Assim, a demanda da população urbana de altas rendas por áreas de lazer e/ou segunda residência (casas de campo e de veraneio, chácaras de recreio) bem como a prestação de serviços pessoais a elas relacionados (caseiros, jardineiros, empregados domésticos, etc.); a demanda da população urbana de baixa renda por terrenos para autoconstrução de suas moradias em áreas rurais; e ainda a demanda por terras não-agrícolas por parte de indústrias e empresas prestadoras de serviços que buscam o meio rural como uma alternativa favorável de localização para fugir das externalidades negativas dos grandes centros urbanos (condições de tráfego, poluição, etc.).

Essas três dinâmicas - que poderíamos chamar de **imobiliárias** - são muito importantes no caso brasileiro, especialmente nas regiões do Centro-Sul do país que concentra a grande maioria da população de rendas mais altas e também a agricultura mais moderna do país. Cada uma delas têm sua especificidade muito marcada e resultam em tipos muito distintos de ERNA gerados. Mas derivam todas de situações onde o elemento fundamental que as impulsiona nada tem a ver com o desempenho das atividades agrícolas que porventura aí se localizem. Na verdade são dinâmicas do ERNA

⁵ Essas "novas" atividades agrícolas são no fundo o resultado da agregação de serviços relativamente artesanais, mas de alta especialização e conteúdo tecnológico, a produtos animais e vegetais não tradicionalmente destinados a alimentação e vestuário. Assim, apesar de serem também atividades agropecuárias em última instância, a forma da organização da produção e principalmente, o seu circuito de realização assentado em nichos específicos de mercados, recomenda que essas “novas” atividades agrícolas sejam tratadas de forma separada da dinâmica **a** que engloba a produção agropecuária “strictu sensu”. E que seja considerada também como uma demanda derivada do consumo final das populações urbanas, o que a aproximaria da dinâmica **d** já mencionada.(Graziano da Silva, 1999)

de origem tipicamente urbanas que são impulsionadas muito mais pelo crescimento das grandes e médias cidades da região onde se inserem, que das próprias áreas rurais onde ocorrem e não de transformações ocorridas no interior do setor agropecuário. Nesse caso o motor do crescimento do ERNA não são as mudanças internas do setor agrícola mas sim as demandas urbanas por bens e serviços não-agrícolas: é isso, em essência, o que há de novo no rural brasileiro e latino-americano ⁶. E reflete, no fundo, uma tentativa de ampliar os mercados agrícolas, cada vez mais restritos pela incorporação de novos mercados, na verdade, novas mercadorias que não têm origem agropecuária no seu sentido estrito.

5. A gestão das pequenas e médias propriedades rurais é familiar

A gestão das pequenas e médias propriedades agropecuárias está se individualizando, ficando o pai e/ou um dos filhos encarregado das atividades enquanto os demais membros da família procuram outras formas de inserção produtiva, em geral fora da propriedade. Também uma parte cada vez maior das atividades agropecuárias antes realizadas no interior das propriedades estão sendo hoje contratadas externamente através de serviços de terceiros, independentemente do tamanho das explorações. Ou seja, quem dirige os estabelecimentos agropecuários hoje não é mais a família como um todo, e sim um (ou alguns) de seus membros, o que coloca por terra a idéia de uma divisão social do trabalho assentada na disponibilidade de membros da família, distinta de uma divisão do trabalho capitalista.

O fato da mulher rural também sair para trabalhar fora, ainda que como doméstica, assim como parte crescente dos filhos (e filhas) tenciona cada vez mais uma divisão do trabalho, assentada nos atributos dos membros da família como sexo, idade e disponibilidades individuais. Cada vez o mercado interfere nessa divisão de trabalho no interior da família, tendo como parâmetro não mais as capacidades (ou disponibilidades) de seus membros, mas sim as suas necessidades individuais e não apenas a necessidade da família. Ou seja, multiplicam-se os "projetos pessoais" e a família passa a ser mais uma arena onde esses conflitos são hierarquizados e/ou compatibilizados (ou não).

⁶ Infelizmente esse ponto essencial a compreensão de porque chamamos "novo rural" não nos parece suficientemente destacado na literatura disponível sobre geração de ERNA na América Latina Ver a respeito o número especial de *World Development* (vol.20,no.3, mar.2001) dedicado ao tema.

A família rural típica não se reúne mais em torno da exploração agropecuária. O patrimônio familiar a ser preservado inclui as terras e acima de tudo a casa dos pais que se transforma numa espécie de base territorial que acolhe os parentes próximos em algumas ocasiões festivas e que vem se tornando cada vez mais um ponto de refúgio nas crises, especialmente do desemprego, além de permanecer como alternativa de retorno para a velhice. Além disso, a gestão familiar inclui agora outros “negócios” não-agrícolas como parte de sua estratégia de sobrevivência (maioria dos casos) ou mesmo de acumulação. Em outras palavras, o centro das atividades da família deixou de ser a agricultura porque a família deixou de ser exclusivamente agrícola e se tornou pluriativa ou não agrícola embora permaneça residindo no campo.

Isso não significa em absoluto que “os negócios” deixaram de ter uma base familiar, mas apenas que não giram mais em torno da propalada “agricultura familiar”, o que tem profundas implicações para as políticas de apoio à geração de ocupação e renda no meio rural. Por exemplo: a extensão rural deveria ser menos agrícola – estilo EMATERES – e mais “empreendedorista”, estilo SEBRAE.⁷

OS NOVOS MITOS

1. ORNA é a solução para o desemprego

Uma análise desagregada das principais ocupações exercidas pelas pessoas residentes em áreas rurais no período 1992/99 mostra que quase todas as ocupações agropecuárias mostraram uma forte redução, especialmente aquelas mais genéricas como "trabalhador rural" e "empregado agrícola", que agregam os trabalhadores com menor grau de qualificação: cerca de um milhão de pessoas ocupadas a menos em 1999 em comparação a 1992.

Ao contrário, quase todas as ocupações rurais não-agrícolas apresentaram um crescimento significativo no mesmo período, acumulando mais de 1,1 milhão de pessoas

⁷ É interessante assinalar que o primeiro texto conhecido sobre a importância das atividades rurais não-agrícolas foi demandado por instituições envolvidas com o estímulo de pequenas e médias empresas urbanas. Ver a respeito: Anderson, D. & M. Leiserson (1978), **Rural enterprise and rural nonfarm employment**. Washington, DC. World Bank. Paper (january). E também: Chuta, E. & C. Liedholm (1979). **Rural non farm employment: A review of the State of the art**. Michigan, State University, Rural Development. Paper 4.

a mais em 1999, como que "compensando" a queda das ocupações agrícolas. Destacam-se aqui, também, aquelas atividades pouco diferenciadas como os empregados em serviços domésticos, ajudantes de pedreiro e prestadores de serviços diversos, que somados perfazem um terço dos empregos rurais não-agrícolas gerados no período.

Nossos trabalhos tem mostrado que as atividades agrícolas continuam sendo a única alternativa para uma parte significativa da população rural, especialmente dos mais pobres. E que aquela parcela da força de trabalho agrícola que vai se tornando excedente pelo progresso tecnológico e pela reestruturação produtiva (substituição de cultivos, por exemplo) não encontra automaticamente ocupações não agrícolas onde se engajar. E isso se deve fundamentalmente a inadequação dos atributos pessoais dos trabalhadores agrícolas que são dispensados (homens e mulheres de meia idade sem qualificação profissional e sem escolaridade formal) para exercerem as ORNA disponíveis. Isso torna cada vez mais importante a idéia da requalificação profissional e da alfabetização.

A maior parte das ocupações rurais não agrícolas no Brasil, embora propiciem uma renda geralmente maior que as agrícolas e não sejam tão penosos como estas, são também trabalhos precários e de baixa qualificação. São basicamente serviços pessoais derivados da alta concentração da renda existente no Brasil e não da modernização das atividades agrícolas, nem da prestação de serviços voltados ao lazer e preservação ambiental e muito menos de atividades não-agrícolas produtivas do tipo agroindústrias e construção civil. Não é a toa que encontramos em todas as regiões do país um forte crescimento do emprego doméstico de pessoas residindo na zona rural. O emprego doméstico desempenha hoje para as mulheres o papel da construção civil nas décadas passadas para os homens: é a porta de entrada na cidade pois propicia além de um rendimento fixo, também um local de moradia. Especialmente para as mulheres rurais mais jovens, esta parece ter sido uma das poucas formas de inserção no mercado de trabalho nos anos 90, dadas as restrições crescentes à sua inserção na força de trabalho agrícola.

2. ORNA pode ser o motor do desenvolvimento nas regiões atrasadas

Uma das mais importantes contribuições do Projeto Rurbano foi mostrar o que as novas dinâmicas em termos de geração de emprego e renda no meio rural brasileiro tem origem urbana, ou seja, são impulsadas por demandas não-agrícolas das populações

urbanas, como é o caso das dinâmicas imobiliárias por residência no campo e dos serviços ligados ao lazer (turismo rural, preservação ambiental, etc).

Mostramos, também, que as ORNA têm maior dinamismo justamente naquelas áreas rurais que tem uma agricultura desenvolvida e/ou estão mais próximas de grandes concentrações urbanas. Ou seja, nas regiões mais atrasadas, não há nem emprego agrícola e muito menos ocupações não-agrícolas. Aí não há alternativa senão políticas compensatórias tais como a de renda mínima e de previdência social ativas, por exemplo. Além do que há uma certa “reversão cíclica” à produção de subsistência nessas regiões mais atrasadas⁸.

É o que parece estar ocorrendo no Nordeste: as ocupações agrícolas que vinham caindo, voltaram a crescer em 1999 em parte devido ao fim da seca que assolou a região nos últimos anos. A Pnad registrou aí mais 450 mil pessoas ocupadas nas áreas rurais em 1999 em relação ao ano anterior, a grande maioria das quais em atividades agrícolas não remuneradas; e uma pequena redução do ORNA, situação similar ao que já havia acontecido entre 1993 e 1995. E essa “retomada da produção de subsistência” é financiada em grande parte pelas transferências sociais de renda, (sendo a principal delas as provenientes da aposentadoria rural) e pelo trabalho da mulher dos pequenos produtores que se tornam empregadas domésticas nas cidades da região e respondem por parte significativa das rendas monetárias das famílias de empregados rurais no Nordeste.

Em resumo, a falta de desenvolvimento rural na grande maioria das regiões "atrasadas" do país se deve tanto à falta de desenvolvimento das atividades agrícolas como das não-agrícolas. Daí a necessidade de superarmos essa dicotomia do rural-urbano e do agrícola-não agrícola e pensarmos no desenvolvimento do local, da região.

3. A reforma agrária não é mais viável

Mostramos que a agricultura não é mais a melhor forma de reinserção produtiva das famílias rurais sem terra, especialmente em função do baixo nível de renda gerado pelas atividades tradicionais do setor. Pequenas áreas destinadas a produzir apenas

⁸ .Esse fato é importante e chama a atenção para uma funções da agricultura que não a de produção de mercadorias quaisquer, mas de alimentos, o que além de exercer um papel fundamental, matar a fome das pessoas, também promove trocas e alimenta mercados locais (feiras locais e pequenos comércios dos distritos).

arroz-feijão, assim como outros produtos agrícolas tradicionais, especialmente grãos, realmente não são mais viáveis. Mas, felizmente, as atividades agrícolas tradicionais também não são mais as únicas alternativas hoje disponíveis para as geração de ocupação e renda para as famílias rurais. Assim é possível e é cada vez mais necessária uma reforma agrária que crie novas formas de inserção produtiva para as famílias rurais, seja nas “novas atividades agrícolas, seja nas ORNA. Por exemplo, na agroindústria doméstica, que lhes permita agregar valor à sua produção agropecuária, como também nos nichos de mercado propiciados pelas novas atividades agrícolas a que nos referimos anteriormente; ou na construção civil, ainda que seja de sua própria moradia; ou até mesmo na prestação de serviços pessoais ou auxiliares de produção.

A Confederação Nacional da Agricultura – CNA, órgão máximo da representação dos fazendeiros no Brasil mandou realizar em 1996 uma pesquisa sobre os assentamentos realizados pelo Incra, com o objetivo de mostrar que a reforma agrária não funciona. Uma comparação com os dados da Pnad de 1995 mostra uma triste realidade do nosso Brasil agrário, muito similar ao dos assentamentos. Assim, por exemplo, a Pnad de 95 mostra que as 5,3 milhões de famílias rurais tinham uma renda monetária inferior a três salários mínimos, o que dá uma renda média mensal de apenas R\$ 157,20, contra os R\$ 132,14 encontrados pela pesquisa da CNA entre as famílias de assentados beneficiários da reforma agrária. Ou seja, duas em cada três das famílias rurais brasileiras tinham uma renda média muito próxima dos ex-sem-terra em 1995.

E é bom lembrar que essas pesquisas (tanto a da CNA, como a Pnad) não consideram os benefícios não-monetários recebidos pelos assentados (como o fato de ganharem também uma casa para morar e, portanto, não precisarem pagar aluguel) nem a produção doméstica que é autoconsumida. E, segundo os dados da pesquisa da CNA, "cerca de 42% dos assentados produzem apenas para consumo próprio" e "as culturas predominantes nos assentamentos são as de milho, mandioca e feijão, seguidas pelo cultivo de arroz, frutas, legumes e verduras" (Folha de S.Paulo, 21/08/96,pág 1-9).

O fato de os assentados refletirem o mesmo quadro de miséria e abandono dos nossos pequenos e médios produtores rurais decorre, de um lado, da inexistência de uma política de apoio à agricultura familiar no Brasil tal como a existente nos países desenvolvidos ; de outro, da própria política de assentamentos posta em prática no Brasil: os assentamentos não passam de intervenções pontuais, soluções tópicas de conflitos aqui e acolá. Constituem verdadeiras ilhas cercadas de problemas por todos os

lados: falta infra-estrutura, crédito, assistência técnica; e sobram agiotas, atravessadores, latifundiários armados... Desde a ditadura militar dos anos 70, os governos – inclusive o atual – se limitam a correr atrás dos conflitos que estouram aqui e acolá. Desde 1987 o país não tem um plano nacional de reforma agrária como exige a legislação vigente.

A própria pesquisa da CNA mostra que menos da metade dos colonos recebe assistência técnica; e 80% têm que financiar a produção com seus próprios recursos, pois não há uma política de crédito rural diferenciada para os assentados, que estão recomeçando praticamente do nada. Não é de estranhar que, depois de oito anos, muitos acabem por se assemelhar a seu entorno, nem que um terço dos assentados abandone a terra ou acabe vendendo o seu lote para terceiros...

Mas a pergunta que devemos fazer é: qual outra política pública poderia ter propiciado casa, comida e trabalho para essas 400 mil famílias assentadas em todo o país – a maioria delas constituída de pessoas analfabetas sem qualquer qualificação que não a de lavrar a terra como seus antepassados? Por acaso seriam absorvidas pelas novas fábricas que estão se implantando no país? Será que tem o “conhecimento” necessário para serem vendedores ambulantes em alguma das metrópoles do país?

E qual seria o custo alternativo de deixar esse pessoal continuar a migrar de um lado para outro como trabalhadores volantes? Hoje, a inserção produtiva de migrantes rurais semi-analfabetos é quase impossível: as oportunidades de trabalho são cada vez menores e mais exigentes, não atendendo nem mesmo à demanda daqueles que já estão enraizados nos grandes centros urbanos. Os sem-terra sabem disso. E sabem também que, se não conseguirem um pedaço de terra, verão seus filhos se tornarem trombadinhas, mendigos e prostitutas.

Um detento custa hoje de três a cinco salários mínimos por mês aos cofres públicos. Se não houvesse outras razões, seria preferível a pior das reformas agrárias – que ao menos garante casa, comida e trabalho por uma geração e custa menos que a metade disso.

4. O novo rural não precisa de regulação pública

Mostramos que o novo rural não é composto somente de “*amenidades*”, para usar uma expressão muito em moda nos países desenvolvidos. Como já dissemos, no Brasil, a maior parte das ORNAs, por exemplo, não passam de trabalhos precários, também de

baixa remuneração. Mostramos também que o crescimento dos desempregados no meio rural superou a taxa dos 10% ao ano no período 1992/99, sendo que apenas uma parte disso se deve ao “retorno temporário” dos filhos que haviam migrado anteriormente para as cidades e voltam a casa dos pais até que encontrem outro trabalho. E há acima de tudo milhões de *sem-sem* para engrossar o êxodo rural assim que o crescimento industrial gerar novas oportunidades de trabalho nas cidades porque não as mínimas condições de educação, saúde, habitação, etc.

O traço comum entre o novo e o velho rural é a sua heterogeneidade, o que impede a generalização de situações locais específicas. Há novas formas de poluição e destruição da natureza associadas tanto às novas atividades agrícolas, como às não agrícolas. Mesmo nos condomínios rurais habitados por famílias de altas rendas, o tratamento do lixo e o esgotamento sanitário são muito precários na grande maioria dos casos. Da mesma maneira, embora até mesmo a empregada doméstica ganhe melhor que o bóia-fria, o maior nível de renda monetária propiciado pelas ORNAs nem sempre significa uma melhoria nas condições de vida e trabalho das famílias rurais não-agrícolas, especialmente quando isso implica na perda ao acesso à terra e à possibilidade de se combinar as rendas não agrícolas com atividades de subsistência .

A emergência das novas funções (principalmente lazer e moradia) para o rural somada à perda da regulação setorial (via políticas agrícolas e agrárias) resultante do esvaziamento do Estado Nacional, deixou espaços que demandam novas formas de regulação públicas e privadas. É o caso exemplar das prefeituras se batendo contra a proliferação desordenada dos condomínios rurais que não passam no fundo de novas formas de loteamentos clandestinos, que, uma vez implantados, acabam demandando ampliação dos serviços como luz, água, coleta de lixo, etc.; ou dos pesque-pagues, que tem que se submeter à fiscalização do Serviço de Saúde, do IBAMA e do INCRA que possuem legislações contraditórias para enquadramentos de uma mesma atividade; ou então das novas reservas florestais fora da propriedade, que não são reconhecidas legalmente, embora tenham muito maior valor ecológico do que a manutenção de pequenas áreas descontínuas no interior das pequenas e médias propriedades rurais. Esses são apenas alguns exemplos gritantes de que precisamos de *uma nova institucionalidade para o novo rural brasileiro*, sem o quê corremos o risco de vê-lo envelhecer prematuramente.

5. O desenvolvimento local leva automaticamente ao desenvolvimento

O novo enfoque do desenvolvimento local sustentável tem o inegável mérito de permitir a superação das já arcaicas dicotomias urbano/rural e agrícola/não agrícola. Como sabemos hoje, o rural longe de ser apenas um espaço diferenciado pela relação com a terra - e mais amplamente com a natureza e o meio ambiente, está profundamente relacionado ao urbano que lhe é contíguo. Também podemos dizer que as atividades agrícolas são profundamente transformadas pelas atividades não-agrícolas, de modo que não se pode falar na agricultura moderna deste final de século sem mencionar as máquinas, fertilizantes, defensivos e toda as demais atividades não agrícolas que lhe dão suporte.

Nossos trabalho mostraram que a busca do desenvolvimento da agricultura através de uma abordagem eminentemente setorial não é suficiente para levar ao desenvolvimento de uma região. Mostramos também que a falta de organização social - especialmente da sociedade civil - tem se mostrado como uma barreira tão ou mais forte que a miséria das populações rurais, especialmente no momento em que a globalização revaloriza os espaços locais como arenas de participação política, econômica e social para os grupos organizados.

O enfoque do desenvolvimento local pressupõe que haja um mínimo de organização social para que os diferente sujeitos sociais possam ser os reais protagonistas dos processos de transformação de seus lugares. Mas essa organização nem sempre existe a nível local; e quando existe, está restrita àqueles “velhos” atores sociais responsáveis em última instância pelo próprio subdesenvolvimento do local.

Nesse sentido podemos dizer que o desenvolvimento local sustentável precisa ser também entendido como desenvolvimento político no sentido de permitir uma melhor representação dos diversos atores, especialmente daqueles segmentos majoritários e que quase sempre são excluídos do processo pelas elites locais.

No caso brasileiro, por exemplo, as ações voltadas exclusivamente para o desenvolvimento agrícola, se bem lograram uma invejável modernização da base técnico-produtiva em alguma regiões do Centro-Sul do país, não se fizeram acompanhar pelo tão esperado desenvolvimento rural. Uma das principais razões para isso foi a de privilegiar as dimensões tecnológicas e econômicas do processo de desenvolvimento rural, relegando a segundo plano as mudanças sociais e políticas como , por exemplo, a

organização sindical dos trabalhadores rurais sem terra e dos pequenos produtores. E com a globalização, as disparidades hoje existentes em nosso país, seja em termos regionais, seja em relação a agricultura familiar vis-a-vis o *agrobusiness*, tendem a se acentuar ainda mais.

É fundamental também que se diga que o escopo desses atores não se restringe aos produtores agrícolas -familiares ou não- por maior que seja a diferenciação deles. Precisam ser considerados também os sujeitos urbanos que habitam o meio rural ou que simplesmente o tem como uma referência quase idílica de uma nova relação com a Natureza. Isso porque um outro componente, cada vez mais importante no fortalecimento dos espaços locais, tem sido as exigências e preocupações crescentes com a gestão e a conservação dos recursos naturais. Aqui também a organização dos atores sociais pode impulsionar a participação e a implementação de planos de desenvolvimento local voltados aos seus interesses, apesar de haver ainda muitas restrições quanto às formas de participação e representação, não só devido à sua pouca mobilização como também à dificuldade de se ter todos os segmentos sociais devidamente representados, diante da presença de impedimentos e vieses operacionais vinculados às estruturas institucionais vigentes a nível local e à dominação das decisões pelos grupos mais fortes.

O QUE FALTA PESQUISAR

Iniciamos em maio de 2001 o que denominamos de **Fase III do Projeto Rurbano**, com os objetivos de:

- a) Identificar os principais condicionantes de distribuição da renda das pessoas e das **famílias rurais e/ou agrícolas**, tais como o grau e a intensidade da pluriatividade na agropecuária brasileira, a distribuição da terra segundo a posição da ocupação dos membros dos domicílios, o efeito das diferentes formas de acesso à terra (proprietário, parceiro, arrendatário e conta-própria) sobre os rendimentos das famílias, as diferentes formas de ocupação dos membros da famílias segundo sexo, grau de escolaridade, as características dos domicílios e sua disponibilidade de bens e serviços essenciais, etc.;
- b) pesquisar a importância do **trabalho doméstico** como alternativa de ocupação e renda da famílias rurais, isolando essa categoria trabalhadores como uma nova posição na ocupação e um outro tipo específico de atividade;

- c) pesquisar a importância da **agroindústria e da indústria rural** como geradoras de emprego e renda no meio rural, em particular no estado de São Paulo e em Minas Gerais que têm um dos maiores parques agro-industriais do país;
- d) realizar uma caracterização das famílias rurais e/ou agrícolas com **aposentados e/ou desocupados**, com o objetivo de propor uma política previdenciária ativa para as regiões desfavorecidas do meio rural brasileiro;
- e) realizar uma caracterização das **famílias sem-terra** em relação a renda e ocupação de seus membros ao nível de grandes regiões e principais unidades da Federação, visando delimitar o que se poderia chamar o “núcleo duro” (“core”) da pobreza rural com o objetivo de subsidiar a política nacional de assentamentos rurais.

Além desses temas que decorrem das conclusões e resultados preliminares já obtidos, na Fase III do Projeto Rurbano pretende-se realizar alguns **estudos de caso** com vistas a:

- f) identificar as possíveis causas da **subestimação das rendas variáveis** nas PNADs, em particular das rendas agrícolas;
- g) aprofundar as **dinâmicas de geração de ocupações não-agrícolas** identificadas ao nível de Brasil para algumas regiões específicas que se destacaram nas análises anteriores (turismo no Nordeste; chácaras de recreio no Sudeste, etc.)
- h) investigar a questão da **identidade das famílias rurais pluriativas e/ou não-agrícolas** frente aos novos sujeitos sociais do novo mundo rural, tais como caseiros, moradores de condomínios fechados, aposentados, etc..
- i) aprofundar o tema das relações entre o **desenvolvimento local e poder local** destacando a **competência dos diferentes níveis de ação do poder público** (municipal, estadual e federal), bem como quais seriam as principais formas de intervenção pública e privada sobre as áreas;
- j) avaliar o **impacto ambiental e sócio-econômico das "novas" atividades** desenvolvidas no meio rural; e introduzir a questão da legislação ambiental, trabalhista e a necessidade de um código do uso do solo, água e outros recursos naturais para gestão do território rurbano;

- k) aprofundar o tema **das políticas públicas para o Novo Rural brasileiro, com ênfase na política de turismo rural** como alternativa de geração de novas oportunidades de negócios e ocupações no meio rural.

Para cumprir os objetivos anteriormente descritos foram delineados 20 subprojetos de pesquisa, 8 teses de doutoramento, 7 dissertações de mestrado e vários projetos de iniciação científica. Nosso projeto de pesquisa envolve atualmente 45 pessoas entre professores universitários, profissionais liberais de várias origens e estudantes de graduação e pós-graduação, distribuídos por 20 instituições de pesquisa em onze estados do país, sendo que 25 tem título de doutor ou superior.

Além desses estudos de caso, pretendemos, em 2002, iniciar a análise dos dados do Censo Demográfico de 2000, que nos possibilitarão um tratamento territorial inferior ao corte metro/não-metro permitido pelas PNADs, como por exemplo, microrregiões, bacias hidrográficas e até mesmo municípios.

Gráfico 1: Evolução das rendas do trabalho principal das pessoas ocupadas no meio rural brasileiro, segundo o ramo de atividade. Brasil, 1992/99.

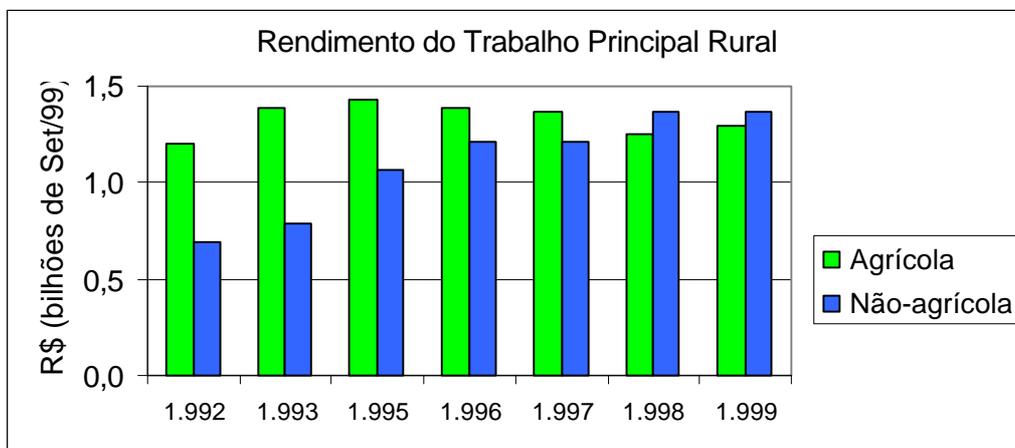


Gráfico 2: Evolução das pessoas inativas e residentes no meio rural, segundo o ramo de atividade. Brasil, 1981/99.

